

Data de recebimento: 27/03/2019

Data de aceite: 11/07/2019

AS DISPARIDADES REGIONAIS NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL

THE REGIONAL DISPARITIES IN THE SOUTH FRONTIER OF BRAZIL

Jandir Ferrera de Lima¹

Resumo

Este artigo analisa o comportamento das disparidades regionais na faixa de fronteira no Sul do Brasil. O procedimento metodológico consistiu na estimativa do Coeficiente de Williamson, tendo como parâmetros o Valor Adicionado Bruto dos setores primário, secundário e terciário e a mão de obra ocupada nos anos de 2005 e 2015. Também foi utilizado como parâmetro a média da Região Sul do Brasil. Os resultados demonstraram uma maior convergência no setor terciário entre os estados e os municípios que compõem a faixa de fronteira Sul do Brasil. O setor secundário foi o que apresentou as maiores disparidades regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Economia Regional. Desenvolvimento Fronteiriço.

Abstract

This paper analyzes the behavior of regional disparities in the border region in southern Brazil. The methodological procedure consisted of estimating the Williamson Coefficient using the Gross Added Value of the primary, secondary and tertiary sectors as well as the employed labor force in 2005 and 2015 as parameters. The southern region of Brazil was also used as a parameter. The results showed a greater convergence in the tertiary sector between the states and municipalities that make up the southern border region of Brazil. The secondary sector was the one that presented the greatest regional disparities.

Keywords: Regional Development, Regional Economy. Frontier Development.

Introdução

O economista John Williamson, nas décadas de 1960 e 1970, estudou os padrões da desigualdade regional e o processo de crescimento nacional, utilizando para isso um indicador da variação entre o crescimento da nação e das suas unidades territoriais. Esses estudos ajudaram a corroborar alguns parâmetros apontados por Simon Kuznets sobre as tendências do crescimento econômico moderno. Para Kuznets (1963; 1983), durante um período de crescimento acelerado, as desigualdades regionais tendem a se acelerar, mas, na sequência, a se estabilizarem. Se a tendência do crescimento econômico e as desigualdades de rendimento fossem colocadas num plano

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo - PR, Brasil. E-mail: jandir.lima@unioeste.br

cartesiano, as mesmas teriam a forma de um “U” invertido, ilustrando assim o movimento entre as desigualdades no longo prazo.

Dos estudos de Williamson (1977) e Williamson e Fleming (1977), cujos parâmetros principais eram o produto per capita da economia, sugeriram uma série de outros estudos, tentando corroborar ou não com a hipótese do “U” invertido de Kuznets (1983). Apesar da sua relação com o crescimento econômico, o coeficiente de Williamson, como ficou conhecido essa medida da desigualdade regional criada por John Williamson, pode ser adaptado para o uso em diversos outros parâmetros socioeconômicos, contribuindo dessa forma com a análise das desigualdades do desenvolvimento.

Com o intuito de contribuir com a discussão das disparidades regionais no Arco Sul da faixa de fronteira brasileira, que engloba os estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), este estudo responde a seguinte indagação: as disparidades regionais na produção de riqueza aumentaram ou diminuíram na faixa da fronteira Sul? Esse espaço também delimita os limites territoriais entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e adentra 150 km no território brasileiro. Assim, este texto apresenta e discute os resultados do coeficiente de Williamson aplicado para os municípios que se localizam no Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil.

A escolha da área do Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil se deu pela mesma ser objeto de diferentes políticas públicas nos últimos anos, capitaneadas por diferentes órgãos governamentais, a fim de superar problemas socioeconômicos. Sem contar que poucos estudos foram efetuados sobre esse espaço territorial, o que demonstra a escassez de informações e a necessidade de ampliar o volume de análises. A especificidade da análise sobre o Arco Sul da faixa de fronteira também vem de encontro a essa perspectiva, pois, dentre os espaços regionais que integram esse território, é a que apresenta uma maior gama de dados já sistematizados por diferentes organizações de estatística (KRÜGER et al., 2017).

Além de responder ao questionamento proposto e contribuir com os estudos sobre desigualdades regionais na faixa de fronteira, este artigo também fornecerá um sistema de informações importante para os gestores públicos e demais *experts* envolvidos com políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do espaço territorial objeto desta pesquisa. Na sequência, o tópico dois apresenta o coeficiente de Williamson e discorre sobre alguns estudos que o utilizaram, traçando assim um panorama da literatura a respeito desse indicador; o tópico três apresenta os principais resultados para área de estudo e sua discussão. O texto se encerra com as conclusões e as principais referências bibliográficas utilizadas para se chegar aos resultados e análises.

Elementos teóricos e metodológicos

As disparidades regionais são um debate atual e objeto de pesquisa nas ciências humanas e sociais, pois elas são um dos maiores desafios para o nível de desenvolvimento do Estado-nação. Isso pressupõe também uma atenção especial para as políticas públicas, pois em muitos países as políticas de desenvolvimento regional não foram capazes de dirimir as desigualdades regionais. No caso, países com democracia plena e consolidada, com uma estrutura federalista, têm conseguido melhores resultados para inibir o avanço das desigualdades entre os entes federados. Além da democracia, menos intervenção estatal também tem ajudado algumas regiões a buscarem soluções via mercado, em especial quando estimulam a maior integração no mercado interno, bem como investimentos em serviços essenciais à sociedade e a diminuição das barreiras para a mobilidade dos fatores de produção (SHANKAR; SHAH, 2003).

No caso da política pública, Pose e Ezcurra (2010) analisaram a evolução das desigualdades regionais e sua relação com a questão fiscal. Num estudo envolvendo 26 países desenvolvidos ou em desenvolvimento, concluíram que o nível de desigualdade regional e a capacidade distributiva influenciam a capacidade fiscal nos países desenvolvidos. Já nos países em desenvolvimento, a descentralização fiscal tem uma relação direta com as desigualdades regionais, que não têm sido compensados com a política fiscal. Ou seja, as decisões de alocação dos recursos orçamentários se refletem na harmonização da dinâmica das regiões.

Já Venables (2005), analisando a situação dos países em desenvolvimento, chamou a atenção para a relação entre as forças de aglomeração e as vantagens naturais. Ou seja, mais do que a política fiscal ou de intervenção estatal, a presença de retornos crescentes de escala e as especificidades geográficas tem estimulada a aglomeração das atividades de transformação e os ganhos nas regiões periféricas em relação às regiões centrais, tradicionalmente mais desenvolvidas. Em especial, as

regiões periféricas ganham e se fortalecem, inserindo-se no comércio exterior e criando nichos de mercado que não fazem competição com as regiões tradicionais, mas que fortalecem sua competitividade. Com isso, as desigualdades regionais se devem a vantagens naturais e à presença de forças de atração.

No caso brasileiro, Silveira Neto e Campelo (2003), estudando as regiões metropolitanas, notaram que as disparidades regionais afetam os mais pobres. Dentre as regiões brasileiras mais afetadas, o Nordeste ficou numa posição mais desfavorável. Esse estudo percebeu variações das desigualdades regionais por *quantis* de renda, nos quais as desigualdades aumentam quando são considerados indivíduos mais pobres jovens (menos de 25 anos) e mais velhos (acima de 35 anos) com pouca escolaridade. Isso demonstra o quanto o capital humano é afetado com a pobreza e com as questões regionais.

Focando na questão do capital humano, em especial na questão educacional, Chiarini (2006) se utilizou do coeficiente de Williamson para analisar as disparidades regionais de rendimento e educação no Brasil. Esse estudo corroborou com os resultados de Silveira Neto e Campelo (2003) sobre o atraso do Nordeste brasileiro no que tange ao nível de qualificação (medida por anos de estudo) e demorarão em média uma década para alcançar as regiões mais avançadas. O risco desse perfil de desenvolvimento desigual está na força de atração do capital humano de mais alto nível pelas regiões mais desenvolvidas. Isso corrobora com os estudos de Kuznets (1963; 1983) e de Williamson (1977), ao afirmarem que, durante o processo de crescimento e desenvolvimento regional, as diferenças de renda entre as regiões crescem nos estágios iniciais, estimulando uma migração seletiva da força de trabalho que favorece os profissionais e classes sociais com mais renda. O custo de migrar afeta os mais pobres e com menos condições de competir no mercado de trabalho. Mas, ao longo do tempo, a convergência no processo de desenvolvimento tende a diminuir as desigualdades de renda entre as regiões.

Azzoni (1997) e Kon (2002), ao analisarem a distribuição pessoal e a desigualdade de renda entre os estados brasileiros, classificaram o coeficiente de Williamson como uma medida tradicional. Além de Azzoni (1997) e Kon (2002), Lavinias, Garcia e Amaral (1997) e Souza (1993) também chamam a atenção que o coeficiente de Williamson é uma medida unidimensional, cujo parâmetro é uma distribuição igualitária de uma variável regional. No caso, o coeficiente de Williamson também é chamado de coeficiente de variação, pois traça um parâmetro entre a distância das variações e a média macrorregional. Se todas as unidades territoriais apresentarem a mesma renda ou produto médio, o coeficiente de Williamson seria nulo. Nesse caso, uma das restrições para o uso do coeficiente de Williamson é que ele não permite a análise por estrato de renda ou de classes sociais, o que foi apontado por Taylor e Williamson (1994). Por outro lado, já permite uma visão global sobre o perfil das desigualdades regionais, estimulando estudos mais detalhados sobre a desigualdade intrarregional nas unidades territoriais.

O coeficiente de Williamson (C_w) é estimado conforme a equação 01:

$$C_w = \sqrt{\sum_i (y_i - y)^2 \left(\frac{P_i}{P}\right)} \div y \quad (01)$$

Em que Y é o Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial e P a população ocupada por setor de atividade econômica. No caso, i se refere às unidades territoriais que estão sendo analisadas. Os resultados do coeficiente de Williamson variam de 0 a 1, sendo que um resultado igual a zero reflete a homogeneidade e a perfeita igualdade entre as regiões. No entanto, um resultado igual à unidade demonstra a heterogeneidade ou perfeita desigualdade inter-regional. Os dados usados foram o Valor Adicionado Bruto da produção setorial e a população ocupada por setor econômico. Os dados foram coletados junto à base de dados do IPEADATA (2019).

O uso do VAB setorial e a população ocupada por setor econômico fornece um parâmetro de produtividade, pois a relação entre os dados apresenta a evolução da produção ao longo do tempo e a capacidade de cada empregado em agregar mais valor à produção. É certo que a produtividade também está relacionada ao uso intensivo de bens de capital, além da força de trabalho. Porém, esse parâmetro VAB/população já fornece pistas sobre a capacidade produtiva da mão de obra ocupada.

No caso deste estudo, as unidades territoriais são os municípios que compõem a faixa de fronteira do Brasil no Arco Sul (Figura 01).

Figura 01: Arcos da Faixa de Fronteira do Brasil – 2014

Fonte: Amaral (2014).

Essa área abrange 139 municípios no Paraná, 82 municípios em Santa Catarina e 197 municípios no Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 418 municípios. Essa área também representa o espaço mais adensado da faixa de fronteira brasileira e mais significativo em termos de produção e renda. Cabe esclarecer que o parâmetro geral de comparação não é o VAB ou a população total da faixa de fronteira, mas da Região Sul do Brasil. O uso da Região Sul do Brasil como parâmetro geral está fundamentado nos estudos de Raiher e Ferrera de Lima (2017), que apontaram uma forte concentração de riqueza na porção leste do território sulino. Ou seja, as mesorregiões Metropolitana de Curitiba (RMC), Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Norte Catarinense, Nordeste do Rio Grande do Sul e Norte Central Paranaense concentram, em conjunto, mais de 50% do Produto Interno Bruto da Região Sul do Brasil. Assim, avanços dos municípios da faixa de fronteira em relação à Região Sul como um todo também indicam melhorias no perfil da distribuição da riqueza no Sul do Brasil.

Estudo semelhante foi feito por Ferrera de Lima, Piffer e Ostapechen (2016) para analisar o padrão de crescimento econômico e as disparidades de produto no estado de Mato Grosso do Sul. Esse estudo comparou o desempenho das microrregiões Sul Mato-grossenses com seu ritmo e nível de crescimento econômico ao longo do tempo. Assim, os autores puderam traçar um panorama sobre a análise da distribuição da riqueza em escala intrarregional. Williamson e Fleming (1977) utilizaram o coeficiente como um parâmetro para o bem-estar social a partir da convergência na distribuição de renda nos países em vias de desenvolvimento.

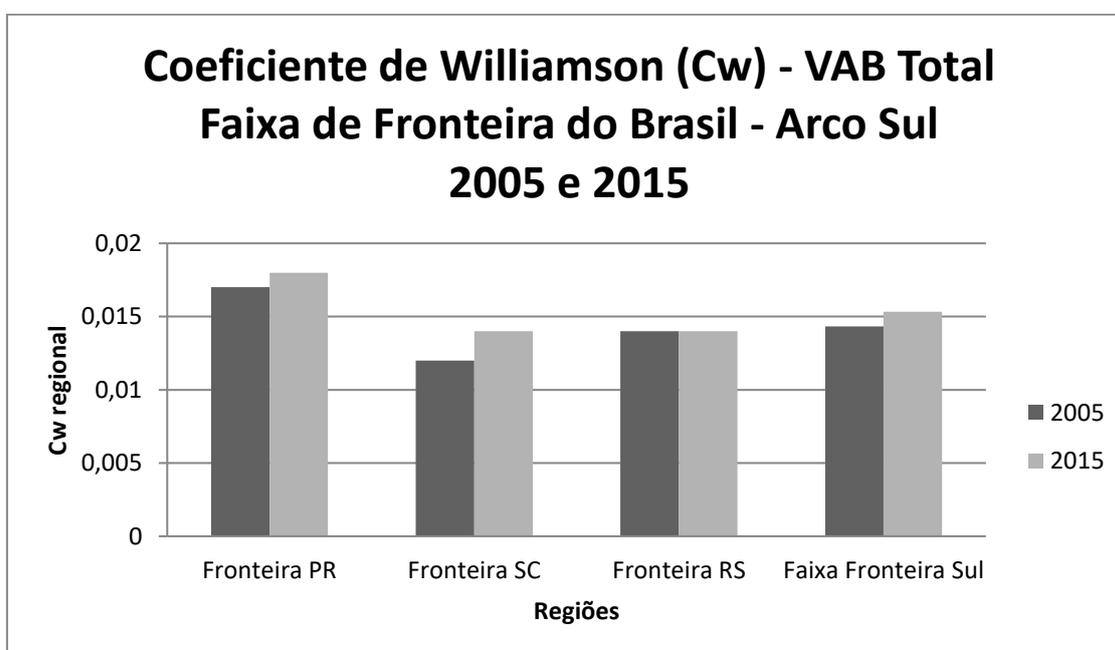
Cabe ressaltar que o coeficiente de Williamson não se aplica apenas à análise da distribuição da renda e da riqueza, usando apenas como parâmetro o Valor Adicionado Bruto (VAB). Chiarini

(2006) utilizou a renda média do trabalhador acima de dez anos de idade para analisar as disparidades regionais de rendimento e educação no Brasil. Como o C_w é unidimensional e uma medida de variação, ele também pode ser usado com outros parâmetros para se analisar diferentes tipos de disparidades regionais e territoriais.

O coeficiente de Williamson no arco sul da faixa de fronteira

O indicador geral do coeficiente de Williamson para a área do arco Sul da faixa de fronteira do Brasil, exposto na Figura 02, demonstra duas particularidades: a primeira é que os municípios que compõem a região têm uma disparidade inter-regional menos acentuada em relação à Região Sul. Considerando que o C_w varia de 0 a 1, e o indicador regional ficou abaixo de 0,5, então há uma maior homogeneidade na estrutura produtiva desses municípios do que heterogeneidade. Por outro lado, a segunda particularidade chama a atenção para o aumento das desigualdades regionais. Ou seja, apesar da maior homogeneidade, nos últimos dez anos, houve mudanças no perfil das disparidades, influenciado principalmente pelos dados dos municípios paranaenses e catarinenses. O indicador dos municípios do Rio Grande do Sul não teve mudanças, permaneceu estável em 0,014.

Figura 02: Coeficiente de Williamson (C_w)- VAB Total – Faixa de Fronteira do Brasil Arco Sul – 2005 e 2015



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de dados do IPEADATA.

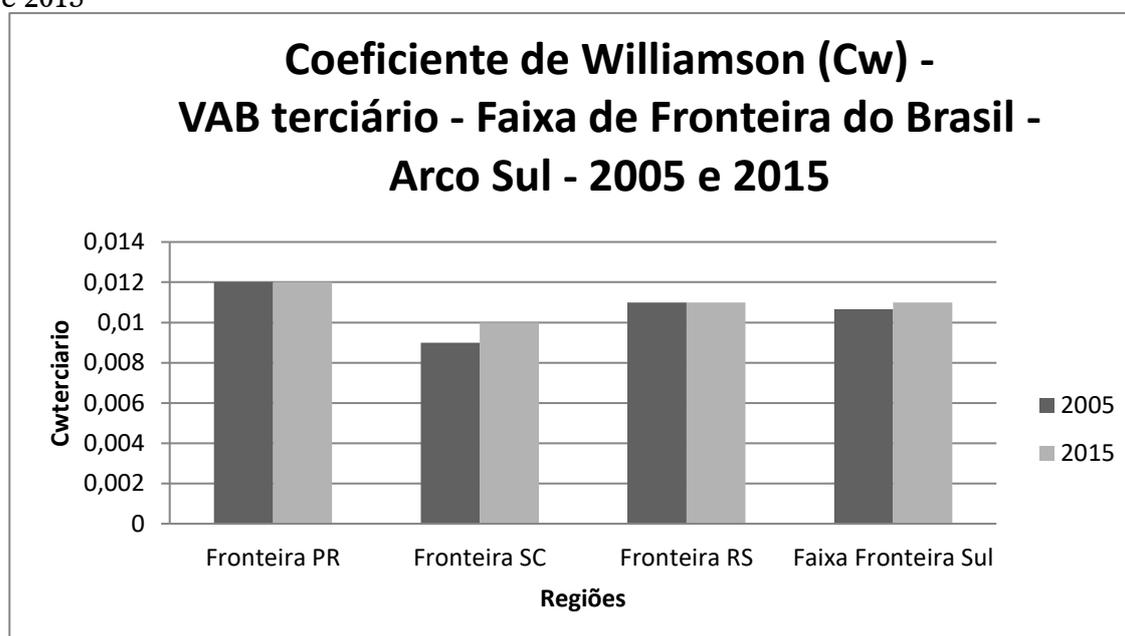
No caso dos municípios da faixa de fronteira paranaense, eles são mais desiguais do que os do restante da faixa da fronteira Sul. Já os municípios catarinenses, em termos de desigualdade, convergiram para o perfil dos municípios do RS. Apesar do perfil de disparidades regionais em SC ainda ser menor que no PR, a variação do C_w para SC foi de 16% num período de 10 anos, bem superior à variação dos outros Estados do Sul do Brasil. No mesmo período, a variação do C_w para o PR foi de 5,88% para o conjunto da faixa da fronteira Sul foi de 7,14%. De modo geral, esses dados já demonstram o distanciamento da capacidade dos municípios catarinenses em adicionar valor à produção, distanciando-se do conjunto da faixa de fronteira. Para compreender melhor o desempenho catarinense, faz-se necessário verificar o comportamento do C_w de forma desagregada.

O desempenho setorial do coeficiente de Williamson no arco sul da faixa de fronteira

Analisando de forma setorial o desempenho do coeficiente de Williamson, percebe-se em quais atividades econômicas os municípios tiveram maior ou menor convergência, tanto para fortalecer suas disparidades regionais quanto para diminuí-las. Dentre os coeficientes apurados, o setor terciário foi o que apresentou a menor variação. No Paraná e no Rio Grande do Sul, no período

de 2005 e 2015, praticamente o C_w ficou estável. Mais uma vez, o estado de Santa Catarina destoou do restante da faixa de fronteira e apresentou uma variação de 11%.

Figura 03: Coeficiente de Williamson (C_w) - VAB Terciário – Faixa de Fronteira do Brasil - Arco Sul – 2005 e 2015

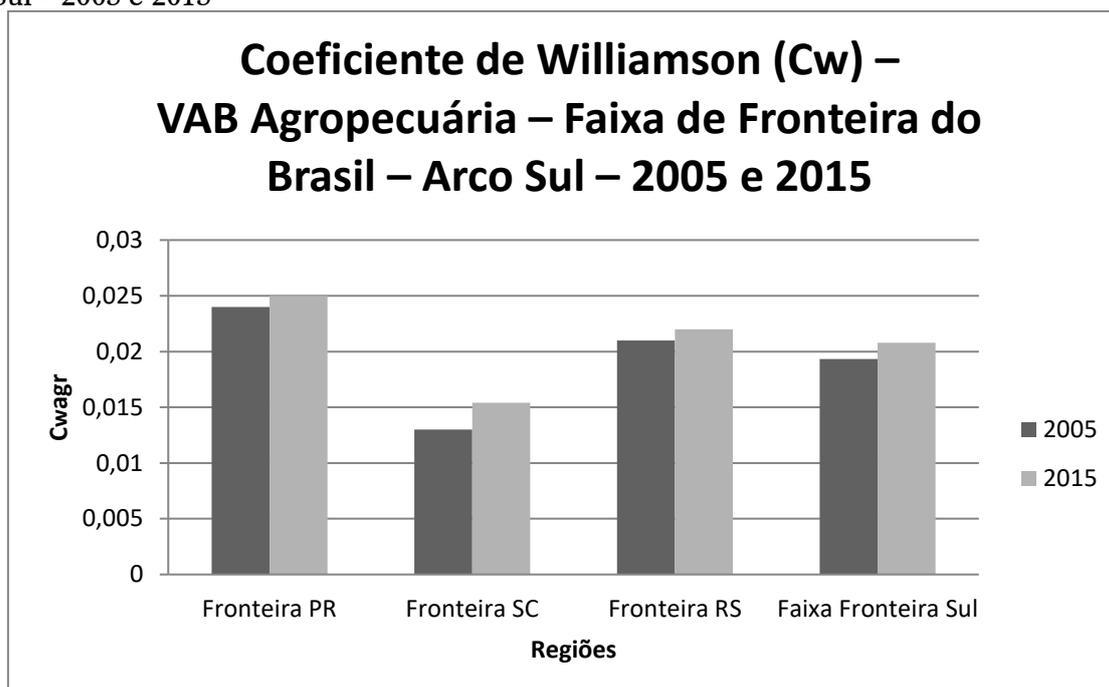


Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de dados do IPEADATA (2019).

O indicador de SC demonstrou divergência em relação à tendência do restante da faixa de fronteira, mas está bem mais homogêneo que o Paraná, que se distancia da média regional. O resultado dos 82 municípios catarinenses impactou na leve variação do C_w para o conjunto dos 418 municípios, que teve uma leve variação. No tocante ao setor terciário, os municípios do RS apresentaram a maior convergência, aproximando-se do parâmetro da Região Sul do Brasil. Já em SC, o movimento leva também a maior convergência com relação aos resultados do conjunto da área. Tanto que, individualmente, os municípios catarinenses não apresentaram divergências significativas em relação ao conjunto da fronteira, mas tendência à convergência. Os três municípios que apresentaram divergência significativa no setor terciário foram Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Pelotas (RS). Os três apresentaram maior desigualdade em relação à tendência da área. Eles são municípios que crescem tanto em VAB do setor terciário, quanto em mão de obra ocupada, apresentando, com isso, maior VAB em relação à força de trabalho.

As maiores divergências setoriais entre os municípios da área de estudo se dão nos setores agropecuário e industrial.

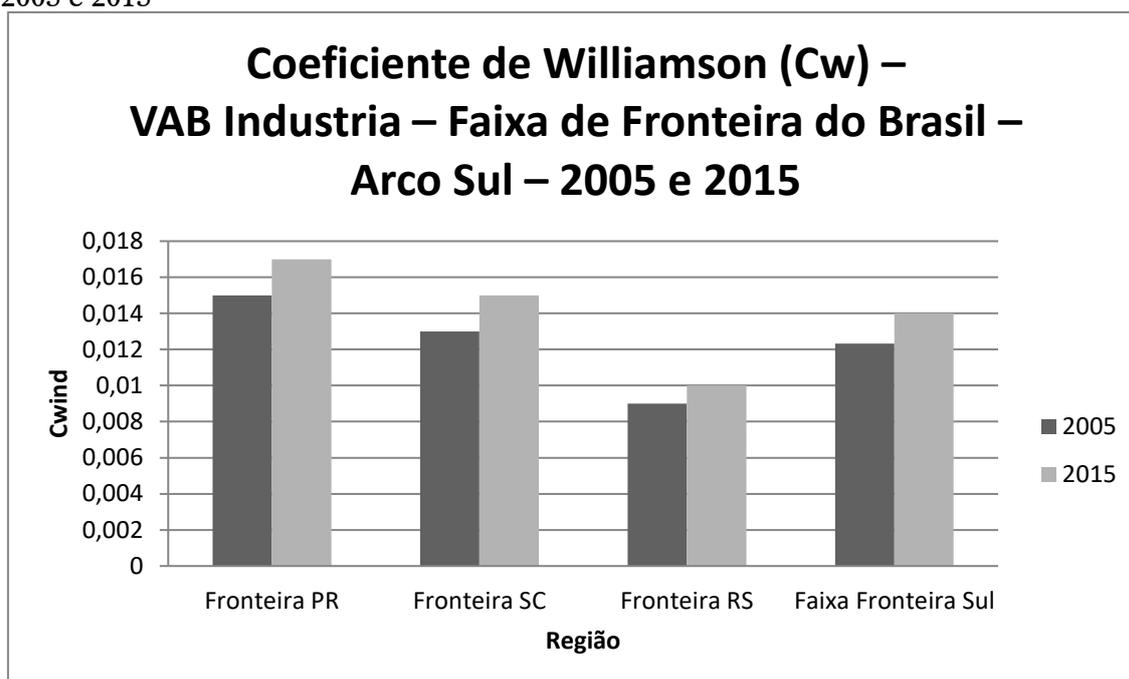
Figura 04: Coeficiente de Williamson (Cw) – VAB Agropecuária – Faixa de Fronteira do Brasil – Arco Sul – 2005 e 2015



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de dados do IPEADATA (2019).

Na agropecuária, o conjunto dos municípios que compõem a faixa de fronteira catarinense avançou em direção à divergência com a Região Sul do Brasil. Enquanto os municípios do RS e PR ampliaram sua heterogeneidade e se distanciaram da média regional, SC avançou para uma maior convergência. No caso de SC, cabe lembrar que o estado tem apenas 20% dos municípios. Porém, ao observar o crescimento de 15,3% no Cw catarinense, já se percebe o potencial em ganho de produtividade dos seus municípios. O indicador de SC representou 60% do indicador paranaense, cuja variação no período de análise foi de apenas 4%. E o PR conta com 33% dos municípios do Arco Sul da faixa de fronteira. Com isso, SC melhora o perfil do VAB em relação à sua força de trabalho. O avanço do VAB catarinense já havia sido confirmado num estudo de Barchet e Ferrera de Lima (2015), ao analisarem o perfil do crescimento agropecuário da Região Sul. Nesse estudo, os autores constataram que a participação de SC no VAB agropecuário avançou de 21,9% do total da Região Sul, em 1996, para 24,3%, em 2010. Já o estado do Rio Grande do Sul perdeu em torno de 2% de participação no VAB agropecuária. No RS, a variação do Cw da agropecuária foi de 4% sobre uma participação de 47% do total de municípios. E no RS ocorreram as maiores disparidades entre os municípios e o conjunto da faixa de fronteira Arco Sul. Os municípios de Alegrete (RS), Bagé (RS), Dom Pedrito (RS), Itaqui (RS), São Borja (RS), São Gabriel (RS), Pelotas (RS) e Uruguaiana (RS) são os municípios com maior divergência em relação aos outros municípios fronteiriços. Cabe ressaltar que a área da fronteira Oeste do RS está ligada à pecuária extensiva, ao reflorestamento e à produção de arroz irrigado em áreas de grande porte. Já a estrutura fundiária de SC e PR está relacionada à pequena propriedade rural familiar, diversificada, moderna e integrada às cooperativas agroindustriais. Essa particularidade teve maiores efeitos em SC, pois, em termos relativos, SC teve os maiores ganhos e o PR a maior heterogeneidade e magnitude.

Figura 05: Coeficiente de Williamson (Cw) – VAB Indústria – Faixa de Fronteira do Brasil – Arco Sul – 2005 e 2015



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de dados do IPEADATA (2019).

Se, no setor terciário, há uma maior convergência e, na agropecuária, há avanços de SC e maior convergência com PR e RS, na indústria de transformação o quadro demonstra o quanto a faixa de fronteira do RS está se diferenciando no Valor Adicionado das atividades secundárias. O indicador que apresenta o maior teor de disparidades regionais é o setor secundário. No conjunto, a variação do Cw da indústria variou 17% em direção a uma maior heterogeneidade. A desigualdade em relação ao Sul do Brasil no VAB industrial vem aumentando. SC e PR são os estados com um Cw do VAB industrial mais significativo, o que demonstra maiores tendências à concentração industrial do que o conjunto da região. Num estudo feito por Eberhardt e Ferrera de Lima (2010) sobre áreas fronteiriças de SC e PR denominadas “Grande Fronteira do Mercosul”, os resultados apontaram convergência da estrutura produtiva no aspecto intrarregional, mas ainda assim havia desigualdades acentuadas na estrutura produtiva. Isso significa que se em termos relativos há avanços, em valores nominais ainda há uma distância muito grande na estrutura industrial entre os municípios interioranos e as regiões metropolitanas. A exceção fica por conta de SC, haja vista que sua área industrial de maior adensamento de capital fica na mesorregião Norte catarinense. Mesmo assim, no conjunto da faixa de fronteira Arco Sul, os municípios de Chapecó (SC), Cascavel (PR) e Toledo (PR) foram os mais díspares em relação ao VAB industrial e a força de trabalho ocupada no setor de transformação no conjunto da área.

Outro estudo que corrobora os resultados do Cw industrial foi efetuado por Raiher, Ferrera de Lima e Klein (2014), que analisou a distribuição espacial da indústria e sua convergência no Sul do Brasil. Os resultados revelaram a expansão relativa de microrregiões especializadas na indústria, o que fortaleceu a tendência à homogeneidade na distribuição espacial das atividades secundárias. Esse estudo foi feito analisando dados da distribuição espacial do setor secundário de 1985 a 2009. Confrontando os resultados do Cw do VAB industrial com o perfil dos resultados encontrados em Raiher, Ferrera de Lima e Klein (2014), pode-se inferir que, na desconcentração industrial do conjunto da Região Sul do Brasil, os municípios que compõem a faixa de fronteira Paranaense e Catarinense saíram ganhando.

Considerações finais

Este artigo analisou os resultados do coeficiente de Williamson aplicado para os municípios que se localizam no Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil, com o objetivo de analisar o comportamento das disparidades regionais na produção de riqueza na faixa de fronteira Sul.

Para atender ao objetivo proposto, esta análise utilizou como indicador o coeficiente de Williamson (C_w), que é uma medida unidimensional cujo parâmetro é uma distribuição igualitária de uma variável regional, no caso o Valor Adicionado Bruto da produção. O coeficiente de Williamson traçou um parâmetro entre a distância das variações e a média macrorregional da Região Sul do Brasil. Se todas as unidades territoriais apresentassem o mesmo VAB ou produto médio, o coeficiente de Williamson seria nulo.

Os resultados apontaram que o setor terciário é o mais homogêneo na faixa de fronteira do Arco Sul do Brasil, apresentando maior convergência do VAB com a Região Sul como um todo. As diferenças surgem nos VAB industrial e agropecuário. Em relação ao C_w do VAB agropecuário, o estado de SC foi o que mais avançou nos últimos anos em direção a uma maior convergência com a Região Sul. Estudos também demonstraram o avanço na participação percentual do estado de SC no VAB total da Região Sul. Apesar de apresentar um montante menor de municípios localizados na faixa de fronteira, o estado de SC tem ganhado em produtividade na relação VAB/força de trabalho. Outro fator de destaque no C_w do VAB agropecuário surge frente ao perfil geográfico da faixa de fronteira. O relevo, o clima e as condições de solo são altamente propícias a uma agropecuária diversificada, produtiva e com três ciclos de colheita anuais. Isso difere bastante das terras mais próximas ao leste da Região Sul, cujo relevo é mais acidentado e o clima mais temperado.

Já no VAB industrial, a faixa de fronteira Arco Sul avança para uma maior desigualdade de atividades industriais em relação ao Sul do Brasil. O Arco Sul da faixa de fronteira avançou na agroindustrialização nos últimos anos. No conjunto da Região Sul, estudos apontaram uma maior atratividade das microrregiões fora do eixo das áreas metropolitanas. Nesse sentido, os dados do C_w do VAB industrial demonstram que a divergência da faixa de fronteira Arco Sul foi em direção ao fortalecimento da atratividade industrial e ganhos de produtividade.

Portanto, a análise permitiu uma visão global sobre o perfil das desigualdades regionais na faixa de fronteira brasileira, Arco Sul. Cabe agora que se façam estudos mais detalhados sobre as condicionantes e os responsáveis pelas desigualdades nas unidades territoriais. Com isso, ter-se-á elementos mais concretos para o fomento a políticas públicas mais específicas de desenvolvimento regional.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Fundação Araucária (PR) pelo suporte aos resultados desta pesquisa preliminar.

Referências

AMARAL, P.A. A evolução do mercado de trabalho na faixa de fronteira do Brasil. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Rio de Janeiro: Editora Letra1, p. 963-976, 2014.

AZZONI, C.R. Distribuição pessoal de renda nos estados e desigualdade de renda entre estados no Brasil – 1960, 1970, 1980 e 1991. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.27, nº02, p.251-278, 1997.

BARCHET, I; FERRERA DE LIMA, J. O perfil e o crescimento econômico agropecuário da Região Sul do Brasil entre 1996 e 2010. **REDES**, vol. 20, nº02, p.69-84 2015.

CHIARINI, T. Coeficiente de Williamson e as disparidades regionais e rendimento e educação no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 37, nº 04, p. 493-509, 2006.

EBERHARDT, P. H.; FERRERA DE LIMA, J. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. **REDES**, vol. 15, nº 2, p. 134 - 151, 2010.

FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; OSTAPECHEN, L. O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 17, nº 04, p. 757-766, 2016.

IPEADATA. **Dados avulsos – base de dados**. Brasília: IPEADATA, 2019. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

- KON, A. A mensuração da desigualdade do desenvolvimento regional no Brasil. In: KON, A. (Org.) **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 45-64, 2002.
- KRÜGER, C.; DANTAS, M. K.; CASTRO, J. M.; PASSADOR, C. S; CALDANA, A.C.; Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira. **Ambiente & Sociedade**, vol. 20, nº 04, p.41-62, 2017.
- KUZNETS, S. Crescimento econômico e desigualdade de rendimento. In: SILVA, M. (Org.) **Desenvolvimento econômico e repartição de rendimento**. Lisboa: Estampa, p. 21- 50, 1983.
- _____. Quantitative aspects of the economic growth of nations. **Economic Development and Culture Change**, vol. 11, p. 1-80, 1963.
- LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos nos anos 90. **Texto para discussão 460**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- POSE, A. R.; EZCURRA, R. Does decentralization matter for regional disparities? A cross-country analysis. **Journal of Economic Geography**, Vol. 10, nº05, p.619-644, 2010.
- RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Crescimento econômico no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol. 15, nº02, p.224-249, 2017.
- RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F. A distribuição espacial da indústria no Sul do Brasil e sua convergência. **Análise Econômica**, vol. 32, nº 61, p. 81-104, 2014.
- SILVEIRA NETO, R. M.; CAMPELO, A. K. Radiografando as disparidades regionais de renda no Brasil: evidências a partir de regressões quantílicas. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 34, nº 03, p.359-378, 2003.
- SHANKAR, [R.](#); SHAH, [A.](#) Bridging the economic divide within countries: a scorecard on the performance of regional policies in reducing regional income disparities **World Development**, vol. [31](#), nº [08](#), p. 1421-1441, 2003.
- SOUZA, N.J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais. **Análise Econômica**, vol.11, nº19, 1993.
- TAYLOR, A. M.; WILLIAMSON, J. G. Convergence in the age of mass migration. **Working Paper**, nº 4711, 1994.
- VENABLES, A. J. Spatial disparities in developing countries: cities, regions, and international trade. **Journal of Economic Geography**, Vol. 05, nº 01, p. 03-21, 2005.
- WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição e padrões. In: SCHAWTZMAN, J. (Org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 53-116, 1977.
- WILLIAMSON J, FLEMING J. Convergence theory and the social welfare sector: a cross-national analysis. **International Journal of Comparative Sociology**, vol.18, p.242-253, nº 03, 1977.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.